



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001186-07.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Fornecimento de Água**
 Requerente: **LUCIANO ALVES LIMA e outro**
 Requerido: **SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Cidade de São Carlos-SP**

Justiça Gratuita

CONCLUSÃO

Em 29 de janeiro de 2015, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, **Dra. GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Mirian Cury, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação Declaratória de Inexistência de Débito cumulada com Pedido de Antecipação de Tutela** proposta por **Luciano Alves de Lima e Marcos Hirota Magalhães** contra o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos – SAAE** – sob a alegação de que residiram no imóvel locado à Rua do Inconfidentes, 430, Cidade Jardim, na cidade de São Carlos, e sempre pagaram em dia as suas contas de consumo de água. Informam que o imóvel estava locado em nome do primeiro requerente (fls. 14/19), mas que, atualmente, apenas o segundo requerente ali reside. Afirmam que no mês de setembro de 2012 o segundo requerente recebeu uma visita de um funcionário do SAAE que, após vistoriar o relógio medidor, informou que o aparelho teria que ser substituído por outro, pois estava ultrapassado e que, após realizada a troca, foram surpreendidos com o envio de uma conta de consumo no valor de R\$ 10.626,79 (dez mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) que, recalculada após a intervenção do segundo requerente junto ao requerido, perfaz uma dívida no montante de R\$ 4.969,58 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos). Sustentam a inexistência de vazamento e que o consumo de água no imóvel sempre gerou faturas no valor médio de R\$ 10,00, razão pela qual, até o presente momento, não pagaram a dívida em questão, pois a consideram indevida. Pedem a antecipação dos efeitos da tutela para que o requerido se abstenha de interromper o fornecimento de água no imóvel, bem como a procedência da ação para que seja declarada a inexistência do débito, além da condenação, a título de dano material, dos valores gastos com honorários advocatícios, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), assim



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

como a inversão do ônus da prova para que o requerido comprove a existência de consumo exorbitante no imóvel. A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 10/44.

Pela decisão de fls. 45/46 deferiu-se a antecipação da tutela, determinando-se que a autarquia se abstinhasse de proceder ao corte no fornecimento de água até decisão final, em relação à fatura de setembro de 2012, de R\$ 10.626,79 (fls. 34), desde que pagas as faturas posteriores, sob pena de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos) reais para a hipótese de descumprimento do preceito.

O requerido foi devidamente citado (fls. 49), mas deixou transcorrer "in albis" o prazo para apresentar sua contestação (fls. 53).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, considerando que, apesar de as questões postas em juízo serem de direito e de fato, o réu foi devidamente citado (fls. 49) e deixou de apresentar contestação (fls. 53), perdendo, portanto, a oportunidade de especificar as provas que pretendia produzir em sua defesa (art. 300, CPC). Além disso, o mandado de citação foi juntado aos autos em **fevereiro de 2014** e, passados quase doze meses de seu cumprimento, o requerido sequer se manifestou no feito.

Não se aplicam aqui os efeitos da revelia, considerando que a discussão da causa não se refere à dispensa de cobrança de valores pertencentes à Fazenda Pública, o que relegaria a causa a uma infinita discussão sobre a disponibilidade ou indisponibilidade do interesse público em disputa, mormente com relação à aplicabilidade ou não dos efeitos mencionados no art. 319, do CPC. Ao revés. A discussão aqui se refere à inexigibilidade de pagamento de determinado valor faturado em desconformidade com o consumo dos requerentes. Não se trata de dispensar a cobrança do crédito, mas de cobrá-lo de acordo com as normas contratuais e legais, respeitando a valoração baseada no uso ou consumo.

O requerido tinha a obrigação legal de se manifestar precisamente sobre os fatos narrados na inicial (art. 302, CPC) e, embora tenha tido a oportunidade de fazê-lo, preferiu adotar uma postura omissa, devendo agora suportar o ônus correlato.

Nesse sentido já decidiu a 2ª Turma do STJ, no REsp n. 635.996/SP, rel. Min. Castro Meira, j . em 06.12.2007, publicado no DJ de 17.12.2007):

"A Fazenda Pública submete-se ao ônus da impugnação especificada (neste sentido, STJ, 2ª T., REsp n. 635.996/SP, rel. Min. Castro Meira, j . em 06.12.2007, publicado no DJ de 17.12.2007), não havendo razão para dispensar os advogados públicos deste ônus, inclusive por uma questão ética: ao advogado particular cabe a tarefa de manifestar-se precisamente sobre o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

que afirma a parte adversária; o advogado público, qualificado após a aprovação em concursos públicos concorridíssimos, poderia, simplesmente, não manifestar-se sobre as afirmações da parte adversária, sem qualquer consequência... O papel do advogado na construção da decisão judicial justa não pode ser desprezado; a incidência da regra aos advogados dos entes públicos seria verdadeira capitis deminutio desses profissionais. Veja-se o exemplo da ação civil pública em que um ente público é réu: nessa situação, o interesse público está, preponderantemente, do lado ativo, não se admitindo a negação geral, conduta que se pode reputar temerária, quando provinda de ente público". (grifei)

Está demonstrado em farta prova documental que o consumo de água na casa dos requerentes sempre foi em percentual módico (4 m³) e, mesmo após a troca do medidor, a média dos 16 meses posteriores ficou em 9,5m³. Com exceção da conta encartada às fls. 34, que não foi paga, referente ao consumo do mês de setembro de 2012 (1004m³), não há notícia de que os autores tenham deixado de quitar as demais faturas. Prova disso é o próprio documento de fls. 37, emitido pelo requerido, onde consta a existência de apenas uma conta dos requerentes em aberto. Não é só, esse documento também corrobora o teor das alegações feitas inicialmente pelos autores. Isso porque o débito contestado por eles, relativo ao mês de setembro de 2012, com vencimento em outubro desse mesmo ano, conforme informado na inicial, passou de R\$ 10.626,79 (dez mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos) – fls. 34 - para o valor principal de R\$ 4.969,58 (quatro mil novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) – fls. 37 e 40.

Ainda, o documento de fls. 40 elucida de forma incontestada que o consumo de água na residência dos requerentes, ao longo de quase um ano, foi de apenas 4 m³, e tão somente no mês de setembro de 2012 perfaz um montante de 1004 m³, o que não ressoa razoável, sendo que, após a troca do medido, como visto, o consumo médio ficou em 9,5m³.

O serviço prestado aos requerentes é indiscutivelmente de natureza consumerista, considerando que o utilizaram (fornecimento de água/esgoto) como destinatários finais, possuindo o requerido a natureza de fornecedor de serviços, a teor do disposto no art. 3º, do CDC.

Os requerentes são partes hipossuficientes na relação de consumo, possuindo desconhecimento técnico e informativo do serviço prestado, razão pela qual a inversão do ônus da prova é medida de justiça. O requerido não apresentou nenhuma prova que pudesse contrariar o teor das alegações iniciais, razão pela qual reputo os fatos narrados como sendo verdadeiros, quanto ao aspecto do consumo.

Já os pedidos de condenação por danos morais e ao ressarcimento do valor gasto na contratação de advogado não comportam acolhimento.

Os honorários contratuais decorrem de acordo celebrado livremente entre a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

parte e seu patrono, totalmente alheio, portanto, à relação de direito material que deu ensejo à ação.

Em caso semelhante, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu que *“Não são reembolsáveis, a título de honorários de advogado, as despesas que a parte enfrenta em razão do ajuste com o profissional a título de honorários profissionais, para o patrocínio de sua causa. Os honorários advocatícios contratuais, porque decorrente de avença estritamente particular, não podem ser ressarcidos pela parte sucumbente, já que esta não participou do ajuste.”*

Desse modo, verificando que a contratação de advogado foi escolha livre e exclusiva dos autores, não podem, agora, pretender que a autarquia arque com as despesas do advogado particular que quiseram contratar.

Quanto aos danos morais, também não se verifica a hipótese de sua ocorrência, pois os fatos alegados orbitaram na esfera de mero aborrecimento.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, e procedente em parte o pedido, para declarar inexigível o valor de R\$ 10.626,79 (dez mil seiscentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), bem como o valor de R\$ 4.969,58, referentes à fatura de consumo relativa ao mês de setembro de 2012, para o qual a autarquia deve emitir outra fatura, pela média de 9,5m3, praticada após a troca do medidor, tornando definitiva a tutela antecipada, para que o requerido se abstenha de interromper o fornecimento de água na residência dos requerentes, em virtude do débito ora questionado.

Tendo havido sucumbência recíproca, cada parte arcará com os honorários de seu respectivo patrono e com metade das custas, observando-se que o requerido é isento de custas e os autores são beneficiários da gratuidade da justiça.

P.R.I.

São Carlos, 02 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**